

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DESDOBRAMENTOS DAS CONFERÊNCIAS INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE EM SERGIPE

Autora: **Maria Ivanilde Meneses de Oliveira**
menesesivanilde@msn.com

Orientadora: **Carla Jeane Helfemsteller Coelho**
ccfilos2@yahoo.com.br

RESUMO

Muito se tem discutido sobre a Educação Ambiental nos âmbitos formal e não formal, no entanto, as soluções quase sempre se resumem a propostas de mudança de comportamento, sem identificar a origem do problema e de que forma a educação escolar pode contribuir para uma reflexão mais crítica a cerca da problemática ambiental. O presente trabalho teve como objetivos verificar de que forma a Política Nacional de Educação Ambiental formal orienta a Política Pública Estadual de Educação Ambiental em Sergipe e sua interface com as Conferências Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, ações e projetos de Educação Ambiental elaborados pelos professores da rede pública estadual de ensino no estado de Sergipe. Ao final concluiu-se que existe um plano de ação elaborado pelo Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania – NEDIC que tem por base as políticas públicas de educação ambiental, entre elas a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, porém verifica-se a necessidade de uma maior articulação entre as ações estruturantes propostas pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Palavras Chaves: Conhecimento - Educação Ambiental- Políticas Públicas

Introdução

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, assim como as mudanças climáticas e suas conseqüências para a sobrevivência da humanidade tem sido alvo constante de discussões por parte de cientistas, pesquisadores e educadores. No Brasil a discussão ainda é recente se comparado a outros países e, mesmo constando na Constituição Federal de 1988 como “Obrigação Nacional”, apenas onze anos após foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental através da Lei 9.795 de 1999.

O presente trabalho teve como objetivos verificar de que forma a Política Nacional de Educação Ambiental formal orienta a Política Pública Estadual de Educação Ambiental em Sergipe e suas interações com as Conferências Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, ações e projetos de Educação Ambiental elaborados pelos professores da rede pública estadual de ensino do estado de Sergipe.

Para a realização da pesquisa foram analisados documentos, registros eletrônicos e realizadas entrevistas com os técnicos do Núcleo de Educação na Diversidade e Cidadania – NEDIC, coordenadores de Educação Ambiental de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe.

Ao final foram reconstruídas as trajetórias das I, II e III Conferências Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e ações que a Diretoria Estadual de Ensino realizou com o objetivo de incentivar o envolvimento das escolas da rede pública estadual nas conferências , bem como a prática pedagógica de projetos de Educação Ambiental , implementação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-vida e Agendas 21 nas escolas.

O capítulo 1 trata dos fundamentos da Educação Ambiental; o 2 refere-se à Política de Educação Ambiental nos âmbitos nacional e estadual em Sergipe; no capítulo 3 foi possível reconstruir a trajetória de realização das Conferências Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente; e no capítulo 4 são demonstrados os principais resultados encontrados a partir da pesquisa realizada. Ao final tem-se a algumas considerações, bem como proposições para uma possível efetividade das ações e projetos em Educação Ambiental de acordo com seus princípios norteadores.

1. Fundamentos da Educação Ambiental

1.1 As formas de se pensar o conhecimento

A forma de se compreender o conhecimento escolar tem suas bases na filosofia ocidental. Cortella (2006) traz o conhecimento mítico como resultado das primeiras indagações que o ser humano fez em busca de explicações sobre a existência humana. Para o autor é Platão através de sua “Teoria do Conhecimento” quem vai atribuir ao conhecimento filosófico a noção de descoberta. Dessa forma, o conhecimento filosófico nasce como uma intencionalidade de verdade absoluta.

O termo verdade é dos mais complexos para ser conceituado, pois se origina sempre de um julgamento (habitual, consensual ou arbitrário), e mais ainda, como todo juízo de valor (tal como o conhecimento que o provoca), é uma ocorrência histórica, ou seja, é relativo à Cultura e à Sociedade na qual emerge em certo momento. (CORTELLA, 2006, p.57).

Para além do conhecimento filosófico existe o senso comum, pois se baseia em informações nascidas a partir de experiências vividas no cotidiano de um determinado grupo social. Passa por um processo de observação, elaboração e sistematização.

GERTZ (2007) elucida melhor essa forma de conhecer, ao denominar o conhecimento advindo do senso comum como “bom senso”:

Há um número de razões pelas quais tratar o senso comum como um corpo organizado de pensamento deliberado, em vez de considerá-lo como aquilo que qualquer pessoa que usa roupas e não está louco sabe, pode levar a algumas conclusões bastantes úteis; entre essas, talvez a mais importante seja que, uma das características inerentes ao pensamento que resulta do senso comum é de justamente negar o que foi dito acima, afirmando que suas opiniões foram resgatadas diretamente da experiência e não resultado de reflexões deliberadas sobre esta. (GERTZ, 2007, P.114)

No entanto, a partir do século XVI, com o surgimento do conhecimento científico este passou a ser visto como conhecimento hegemônico e no seu isolamento das demais formas de conhecimento, começou a sua fragmentação interna. É o início do que Santos (2002) denomina de “paradigma dominante”:

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas de duas formas de conhecimentos não científico (e, portanto irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas ciências ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre e outros, os estudos teóricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teleológicos). (SANTOS, 2002, P. 10).

Dessa forma, a razão instrumental proposta por Descartes, Spinoza, Newton, Leibniz, Galileu, Locke, Berkeley, Hume, e Condillac; o empirismo de Bacon, o positivismo de Comte, assim como o do círculo de Viena e o racionalismo crítico¹, terminou por provocar um rompimento interno na Filosofia e posteriormente entre a Filosofia e a Ciência.

O pensamento racional científico e o método proposto por Descartes, terminam por influenciar a divisão entre as ciências em naturais e sociais e, posteriormente, por áreas específicas de estudos. Como consequência tem-se um processo de fragmentação do ensino e da forma de se construir o conhecimento.

Segundo Santos (2002), o conhecimento científico, enquanto conhecimento hegemônico tem sua credibilidade questionada a partir de Einstein com sua teoria da relatividade que coloca em xeque o mecanicismo de Newton; da mecânica quântica de Heisenberg e Bohr; a distinção entre sujeito e objeto.

Seu rigor passa a ser questionado e por consequência, o rigor da matemática a partir da “teoria da incompletude” e das teorias da “impossibilidade de Godel”; uma nova concepção de matéria e natureza através da teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através das flutuações. Sobre esta última, Santos relata que

A teoria de Prigogine recupera inclusivamente conceitos Aristotélicos tais como conceitos de potencialidade e virtualidade que a revolução científica do século XVI parecia ter atirado definitivamente para o lixo da história. Mas a importância maior desta teoria está em que ela não é um fenômeno isolado, faz parte de um movimento convergente pujante das últimas décadas, que atravessa as várias ciências da natureza e até as ciências sociais em movimento de vocação transdisciplinar. (Op. cit. , p. 29).

Movimento esse que conta com as contribuições de Haken através da sinérgica; Eigen através do conceito de ciclo e da teoria da origem da vida; Maturana e Varela

através do conceito da autopoiesis; Jantsch e sua teoria da evolução; Geoffrey Chew através da teoria da matriz-S e a filosofia do Booststrap².

Uma vez que o paradigma dominante entra em crise, surge o que Santos (2004) denomina de “Paradigma Emergente”. Para essa discussão contou-se com as contribuições de: “Nova Aliança da Metamorfose e da Ciência de” de Ilya Prigogine; Nova Física” e Taoísmo da Física de Frijot Capra; Mudanças do segundo tipo de Eugene Wigner; do paradigma da auto organização de Erich Jantsch; da sociedade Pós Industrial de Danil Bell; da sociedade comunicativa de Habermas.

1.2. A visão de Natureza a partir do Conhecimento

Desde o surgimento da filosofia até os tempos atuais, são várias as formas de o ser humano relacionar-se com o ambiente natural, aqui denominado como Natureza. O nascimento da filosofia ocidental é marcado por uma relação de contemplação entre o ser humano e natureza. Para Marcondes (2006), é nos escritos de Aristóteles que encontramos a visão do ser humano como parte da natureza.

Aristóteles concebe a natureza como dotada de uma finalidade, um telos, considerando o ser humano como parte da natureza. Essa finalidade consiste em que cada coisa que pertence à natureza deve realizar o seu potencial; por exemplo, uma semente se transforma em árvore, um ser humano busca realizar-se plenamente em sua vida e em suas atividades. O processo de realização do próprio potencial, no caso dos objetos naturais, é imanente a eles mesmos, está inscrito em sua própria natureza e dadas as condições adequadas isso ocorrerá (2006, p. 35).

É também com Aristóteles que podemos perceber as primeiras indicações de uma ética em relação à utilização dos recursos naturais . Segundo Marcondes,

Há duas características do pensamento de Aristóteles relevantes para a discussão de uma ética do meio ambiente. Em primeiro lugar, sua concepção de que o ser humano deve ser visto como integrado ao mundo natural, como parte técnico ou instrumental, por meio do qual o ser humano intervém no ambiente deve ser subordinado à decisão racional e ao saber prudencial (Op.cit.,P.36).

O pensamento racional científico terminou por influenciar a forma como o ser humano percebia a Natureza, esta passou a ser vista como externa à sua própria natureza humana e passível de dominação. Para Loureiro (2006) através de seus escritos, Karl Marx retoma a relação homem e Natureza como interdependência entre uma e outra.

Nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx explicita sua concepção de natureza como unidade complexa e dinâmica, auto-organizada em seu próprio movimento contraditório, se das abordagens que a definem como “substrato” e que conduziam a uma compreensão dicotômica (de um lado ser humano, de outro natureza). Todavia, não estabelece esta unidade reduzindo-a ao universo biológico, mas considerando as especificidades de cada elemento e suas relações constitutivas (por isso, afirma que o concreto é a síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso). Assim, pensa o ser humano em sua peculiaridade (atividade transformadora da natureza na história, gerando cultura), na qual a relação “eu-mundo” se dá por mediações criadas na vida em sociedade (2006, p. 122).

Desta forma, para Marx, a relação homem e Natureza não podem ser compreendidas através da relação sujeito que se apropria do objeto, mas a partir que depende dele para sua sobrevivência, ainda que seja uma relação contraditória e de negação.

1.3 A Educação Ambiental como proposta de construção do conhecimento

Conforme já discutido anteriormente, a racionalidade científica teve uma forte influencia nas teorias filosóficas, sociologias, e educacionais. O pensamento positivista de se compreender as ciências humanas, assim como a as subdivisões em outros campos de estudo também é levado para a educação escolar através de disciplinas. Como consequência, tem-se um conhecimento fragmentado e muitas vezes descontextualizado da realidade.

Para contrapor essas idéias oriundas do paradigma da modernidade, contamos com as contribuições de Edgar Morin com sua teoria da complexidade; Milton Santos com sua geografia crítica; Paulo Freire com sua proposta de “Libertação”. Trata-se de um paradigma que ao invés da separar as várias áreas do conhecimento, propõe uma união entre todas elas, uma forma de se pensar o conhecimento como algo que está sempre em mutação, passível de dúvidas e questionamentos.

Esse movimento termina por influenciar o pensamento educacional no Brasil e na década de 90, surgem debates e uma proposta para uma reforma na educação escolar. Nesse contexto que surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Os PCNs sugerem o diálogo entre as disciplinas - a interdisciplinaridade³ e a transversalidade⁴ de temas que não devem se constituir em uma disciplina específica, mas ser abordado por todas, a exemplo do tema Meio Ambiente. Segundo referido documento

A problemática ambiental exige mudanças de comportamentos, de discussão e construção de formas de pensar e agir na relação com a natureza. Isso torna fundamental uma reflexão mais abrangente sobre o processo de aprendizagem daquilo que se sabe ser importante, mas que não se consegue compreender suficientemente só com lógica intelectual. Hoje essa necessidade é clara. Vêm daí as “teorias” das inteligências múltiplas, e tantas outras que, entretanto, acabam não transcendendo os velhos parâmetros de validação de saberes hegemônicos na civilização ocidental. Entre os grandes anseios atuais está a busca de uma forma de conhecimento que inclua energias, afetividade etc., que se traduzem nos “espaços cultos” como procura de novos paradigmas (BRASIL, 1998, p.180)

Através do resultado uma sondagem de opinião sobre a Educação Ambiental com estudantes do ensino superior cursando licenciatura (Letras, História, Matemática) da Universidade Federal Fluminense em fase de conclusão dos cursos, Guimarães (2000) constatou o desconhecimento e a falta de discussão sobre este tema na universidade e que os poucos que conheciam tinham uma visão de caráter antropocêntrico⁵, tecnicista⁶, ingênuo⁷, romântico que visa apenas uma mudança comportamental.

Dessa forma, faz-se necessário a dimensão ambiental em todos os cursos de formação profissional e continuada de professores para que a Educação Ambiental seja efetivada no ensino fundamental e básica, pois,

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem elos para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas (Op.cit.,p.193).

Outra necessidade é a dimensão política do professor através de sua participação nas atividades de planejamento, construção e implementação coletiva do Projeto Político-Pedagógico – PPP da escola bem como a inserção dos projetos e ações em Educação Ambiental, pois para que o professor estimule a participação cidadã dos alunos, ele tem que vivenciar essa participação enquanto profissional atuante. Para Veiga (2005), “A implementação de projeto político pedagógico próprio é condição para que se afirme (ou se construa simultaneamente) a identidade da escola, como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania”.

Esse entendimento também é colocado por Guimarães (2004) ao propor uma Educação Ambiental Crítica que vise “promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo” (Guimarães, 2004. p.30).

Para que tal prática seja efetiva é necessária ainda uma Educação Ambiental que ultrapasse os muros da escola e propicie aos alunos uma oportunidade de interação com a comunidade e com os problemas socioambientais que enfrentam, compreendam suas causas bem como possibilidades de superação.

Segundo a pesquisa realizada com 418 escolas das cinco regiões brasileiras envolvendo 11 estados e 42 municípios, sobre “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, Loureiro&Cossio (2007), 32% das escolas declaram que a iniciativa de desenvolver projetos partiu da própria comunidade, no entanto 62% das escolas declaram que a comunidade não tem uma contribuição relevante para o desenvolvimento dos projetos.

2.0 Políticas Públicas de Educação Ambiental

2.1. Política Nacional de Educação Ambiental

A lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, define Educação Ambiental como

Processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2005, p.65).

Desde então são reguladas outras políticas públicas complementares visando o cumprimento desta lei nos âmbitos federal, estaduais e municipais, entre elas o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, implementado em junho de 2003 que cria o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. O órgão gestor é formado pelas Secretarias Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e Educação ficando responsáveis pela coordenação das atividades que serão executadas pelos órgãos e entidades que compõe o Sistema nacional de Educação Ambiental – SISNEA.

O Decreto 4.281 em seu artigo 2º e nos termos da Lei 9.795 cria também o Comitê Assessor, “um espaço estratégico de participação da sociedade e de formulação de políticas, composto por representantes de diversos seguimentos, mas que se expande pela necessidade mesmo de ser ainda mais representativo dos educadores ambientais.” (BRASIL, 2007, p.16).

No ano de 2004 o Ministério da Educação criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. É na SECAD que estão concentrados os Programas e Ações em Educação Ambiental deste ministério, entre eles A Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. A SECAD define essa Conferência como

Processo no qual as pessoas se reúnem, discutem os temas propostos, expondo diversos pontos de vista, deliberam coletivamente e, a partir dos debates locais, escolhem representantes que levam adiante as idéias consensuadas. Partindo dessa estrutura, a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma campanha pedagógica que traz a dimensão política do meio ambiente, caracterizada pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos. Essa ação promove o reconhecimento de responsabilidades coletivas, fornecendo subsídios para políticas públicas de educação ambiental (BRASIL, 2009).

É ainda no ano de 2004, que o MEC em parceria com o MMA, criou o Programa “Vamos cuidar do Brasil com as Escolas”, atuando com a Educação Ambiental nas formas difusa, presencial, a distancia e através de ações estruturantes. A ação difusa refere-se ao processo das conferências; a presencial acontece através da formação de professores; a distância refere-se ao processo de formação através do uso das tecnologias de informação e comunicação; e as ações estruturantes são os Coletivos Jovens⁸; Com-vidas⁹ e a Educação de Chico Mendes¹⁰.

2.2 A formação de professores em Educação Ambiental

O Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA orienta para que a Educação Ambiental seja desenvolvida como uma prática educativa, integrada, continua e permanente e todos os níveis e modalidades de ensino. No que se refere à formação de professores, o documento orienta

A formação continuada de docentes e técnicos, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, utilizando-se de metodologias presenciais e a distância; (...) realização de parcerias entre escolas públicas e universidades, facilitando o acesso dos professores da rede pública de ensino básico aos cursos lato sensu e scricito sensu em educação ambiental. (BRASIL, 2005, p.48)

Um ano após a realização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente foi lançado o Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”. O Programa foi uma iniciativa da Coordenação Geral de Educação Ambiental, estruturada na SECAD.

Esta proposta reforça o que podemos chamar de sexta competência da professora e da professora, que é sua iniciativa e atuação política para desenvolver projetos socioambientais e, para isso se engajar em instancias de discussões de EA (redes, conselhos, comissões, etc.) e articular parcerias (BRASIL 2007, p. 50).

A formação aconteceu através de seminários nacionais e estaduais O primeiro grupo, denominado de Formadores I – FI foi composto por representantes das secretarias estaduais de Educação, do Conselho Jovem; de Ongs e de Universidades, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Ongs, do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA que participaram da coordenação da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Os formadores I ficaram responsáveis pela realização dos seminários estaduais e da escolha de quem seriam os formadores II – FII composto pelos docentes da rede estadual e municipal do segundo seguimento do ensino fundamental e os jovens do Conselho Jovem. Os FII, por sua vez, ficaram com a responsabilidade de realizarem os seminários nas escolas para o grupo denominado Formadores III – FIII composto por professores e alunos que participaram da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Dessa forma o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” realizou os seminários de formação com os professores e para os alunos as atividades estavam voltadas à implantação de conselhos estudantis, bem como incentivo a organização da Agenda 21 da escola. A proposta dos seminários para os professores foi trabalhar a visão sistêmica da questão ambiental e metodologia de projetos de Educação Ambiental com base no Consumo Sustentável. Para os alunos a metodologia se deu através da técnica Oficina do Futuro estimulando-os a formarem a Com-vida.

Os materiais utilizados para a realização dos seminários com professores foram um manual para o educador: “Consumo Sustentável e para os alunos uma cartilha que continha orientações sobre como formar a “Com-vida” e implementar a Agenda 21 da Escola”.

2.3 Política Estadual de Educação Ambiental formal em Sergipe

Em Sergipe a política Estadual de Educação Ambiental está vinculada à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEASE, um organismo colegiado instituído

através do Decreto Governamental nº 18.509, d e 10 de dezembro de 1999 e está diretamente vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e Secretaria Estadual de Educação-SEED.

Cabe a CIEASE fomentar parcerias junto a outras instituições governamentais, não governamentais, de ensino e pesquisa, empresas, entidades de classe, organizações comunitárias e demais entidades, para efetividade da Educação Ambiental no Estado de Sergipe. Uma das ações da CIEASE em 2007 foi à criação do Fórum Estadual de Educação Ambiental de Sergipe.

No que se refere às ações de Educação Ambiental formal relativa à educação básica, esta fica sob a responsabilidade da SEED através do Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania - NEDIC em parceria com a SEMARH, através da Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental.

O NEDIC foi criado em 2006 pela Diretoria Estadual de Ensino através da portaria 1.080/2006 e tem por função contribuir para a redução das desigualdades educacionais em áreas de atuação voltadas para o atendimento à diversidade dos povos e o meio ambiente de Sergipe. É composto pelas coordenações de Educação Escolar Indígena (CEEI); Educação do Campo (CEE); Educação Quilombola e Ações afirmativas (CEEQAF); Educação Ambiental (CEA).

3. A Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente

Idealizada por Marina Silva, ministra do Meio Ambiente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente aconteceu durante no ano de 2003 e teve como objetivos “ouvir o que a juventude pensava e queria como política pública de Meio Ambiente e criar em uma Rede de Juventude pela Sustentabilidade” (BRASIL, 2004, p. 08).

Participaram deste movimento quase 06 milhões de estudantes matriculados em 15.148 estabelecimentos de Ensino escolar no Brasil. Em Sergipe a mobilização para a realização das conferências nas escolas ficou sob a responsabilidade da SEED e da comissão organizadora estadual – COE composta por representantes das secretarias estaduais e municipais de educação, universidade, Conselho Jovem, Ongs e IBAMA.

Durante a realização da I Conferência pelo Meio Ambiente na Escola os estudantes debateram sobre o tema “Como vamos cuidar do Meio Ambiente no Brasil” através dos subtemas: água; seres vivos; alimentos; escola e comunidade. Para realizarem a conferência na escola os estudantes, orientados pelo professores, seguiram o “Passo a Passo” para realização da Conferência.

Após a leitura do texto base e debates, os estudantes escolheram um problema para ser resolvido e formularam propostas para a resolução. Como requisito de participação na seleção que participaria da Conferência Nacional foi necessário também elaborar um desenho que representasse a proposta elaborada, realizar a eleição do delegado (a) e suplente para representar a escola, fotografar o evento e colar no material que cada escola recebeu para concorrer.

Com objetivo de garantir a representatividade da população estudantil do ensino fundamental foram seguidas algumas as diretrizes nacionais para seleção dos delegados, entre eles a idade (10 a 14 anos); escolaridade (estar cursando entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental); equilíbrio de gênero.

No que se referiu à seleção de trabalhos, esta ficou sob a responsabilidade do Conselho Jovem com o apoio da COE, considerando a representatividade de escolas pública; particular; rural; urbana. No total, 19 estudantes sergipanos viajaram para Brasília para participarem da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente acompanhado dos representantes da COE e Conselho Jovem de Sergipe.

As propostas elaboradas no estado de Sergipe por cada escola foram sintetizadas e enviadas para Brasília que junto às demais compuseram um documento após o término da Conferência, as propostas aprovadas compuseram o Caderno das Deliberações da Conferência.

No ano de 2006 foi realizada a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil, esta envolveu 11.475 escolas de todo Brasil. O tema geral da conferência foi “Vivendo a Diversidade na Escola”. Da mesma forma que a I Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, as escolas receberam o Passo a Passo para realizar a conferência na escola e debateram sobre os temas: “Diversidade Étnico-Racial”; ”Mudanças Climáticas”; ”Segurança Alimentar e Nutricional”; “Biodiversidade”.

No que se refere à proposta de participação, os estudantes escolheram um dos temas para representar a escola e elaboraram uma proposta de intervenção com uma responsabilidade a ser assumida pela escola e comunidade localizada no seu entorno. Da mesma forma que em 2003, foi solicitado que os participantes elaborassem um desenho que representasse a proposta assim como fotografias dos principais momentos da conferência.

Para seleção das escolas, além dos critérios adotados na conferência de 2003, foi garantida a representação de escolas comunidades tradicionais ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Quanto à escolha dos delegados, foram abertas vagas especiais para os representantes das comunidades tradicionais e portadores de necessidades educativas especiais. Os demais critérios de 2003 foram seguidos e no total, foram selecionados 23 estudantes sergipanos para participar da etapa nacional. O material final após os debates realizados na II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente foi sintetizado e passou a ser “Carta das Responsabilidades: Vamos Cuidar do Brasil”.

No ano de 2008 teve início a III Conferência pelo Meio Ambiente nas Escolas que culminou com a III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em abril 2009. O tema geral da Conferência foi “Mudanças Ambientais Globais” e os temas que subsidiaram os debates foram: Água; Terra; Fogo; Ar.

Nesse ano o “Passo a Passo” elaborado para a realização das conferências nas escolas sugeriu que a partir dos quatro temas os alunos realizassem projetos de pesquisas sobre cada uma dos temas de acordo com a realidade local onde a comunidade escolar está inserida. A conferência seria um momento também onde os resultados dos projetos seriam apresentados com o apoio dos professores, coordenação da escola, demais funcionários; pais dos estudantes.

Além da pesquisa, os estudantes precisavam assumir responsabilidades por realização de ações que contribuíssem para solução do problema encontrado. O caderno orientador também incentivou a produção de materiais de Educomunicação a partir das pesquisas e das responsabilidades assumidas. Nesse sentido, a III Conferência pelo Meio Ambiente na Escola

Visou fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino, propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais com ênfase nos processos de melhoria das relações de ensino-aprendizagem e em uma visão de educação integral, de modo a abordar a questão das mudanças ambientais globais no processo educacional; fortalecer o papel da escola na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente; incluir no Plano Político Pedagógico das escolas o conhecimento e o empenho na resolução dos problemas socioambientais; fortalecer e criar COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e Agenda 21 nas escolas, incorporando suas ações no agir cotidiano em prol da vida, promovendo o diálogo de forma construtivista (Brasil, 2005).

Dessa forma, a realização da III Conferência visou contribuir para a implementação da educação ambiental nas escolas através de projetos de ensino, estes contemplados no Projeto Político Pedagógico escolar, bem como a formação da Com-Vida e agenda 21 da escola.

3. Desdobramentos das Conferências em Sergipe

Segundo documentos analisados no Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania – NEDIC, o processo de formação continuada implementado através do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, aconteceu no período previsto (2004 a 2005) e serviu também como preparação para realização da II Conferência pelo Meio Ambiente na Escola.

No ano seguinte à realização da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente foi realizado um seminário com objetivo de contribuir com a formação inicial e continuada em a Educação Ambiental dos professores que se envolveram com o processo das conferências, cujos trabalhos foram selecionados para a Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente. O seminário foi realizado através de projeto apresentado à SECAD com recursos do MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola - FNDE. O evento aconteceu no período de 02 a 04 de outubro de 2007 e contou com a participação de Educadora Naná Medina.

Em relação à continuidade das atividades de Educação Ambiental das escolas que participaram da II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, a técnica responsável pelo acompanhamento das atividades no NEDIC informou desconhecer, já que as conferências nas escolas aconteceram no de 2006 e sua chegada ao NEDIC ocorreu no ano de 2007.

Ainda no de 2007, técnicos do NEDIC elaboraram um projeto para implementação junto às Diretorias Regionais Ensino (DREs) e Estadual de Aracaju (DEA). A primeira etapa do plano consistiu na elaboração de um diagnóstico que teve como objetivo principal fazer um mapeamento de como a Educação Ambiental vinha sendo desenvolvida no âmbito da rede estadual de ensino.

Outro objetivo foi criar o banco de dados de projetos da rede estadual de ensino, além de verificar se a Educação Ambiental estava contemplada no Projeto Político Pedagógico da Escola e se estava sendo trabalhada de forma inter e transdisciplinar.

Segundo a técnica do NEDIC, através do diagnóstico foi constatada a existência de 33 projetos de Educação Ambiental, sendo que 23 estavam com entraves por não obterem recursos financeiros para sua implementação.

Após a constatação da existência destes projetos, o NEDIC promoveu uma “Mostra de Projetos dos Professores da Rede Pública da Rede Estadual”. O objetivo principal foi promover a troca de experiências, bem como a socialização de informações de forma que cada sujeito pudesse perceber a especificidade de cada projeto ou ainda de cada bioma onde a escola estava localizada.

No que se refere aos desdobramentos da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, a técnica informou que existe uma preocupação com a continuidade do processo para que a conferência de 2009 não seja apenas uma ação pontual.

Para tanto, foi elaborado um cronograma de apresentação dos resultados da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e entrega de materiais. Outra ação consiste na contratação de técnicos para incentivarem a formação e implementação da COM-Vida para as escolas que participaram da III Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, cujos trabalhos foram selecionados para a etapa nacional.

4. Resultados da Pesquisa

Após a análise dos documentos disponibilizados pela pesquisa verificou-se que:

1. Em relação às escolas que participaram da II Conferência pelo Meio Ambiente na Escola no ano de 2005, apenas duas apresentaram projetos na Mostra Ambiental realizada em 2008;
2. Nenhuma das escolas selecionadas para participarem da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente de 2009 apresentou projetos da “Mostra Ambiental” ocorrida em 2008;
3. Em relação ao questionário respondido pelos professores e coordenadores pedagógicos por ocasião da realização do diagnóstico socioambiental, apenas 03 responderam que haviam realizado a Conferência pelo Meio Ambiente na Escola e formado a Com-Vida. Dessas 03 escolas, uma está localizada na DRE 04 e as outras duas fazem parte da DRE 08;
4. A equipe técnica da DRE 08 elaborou um plano de ação para 2009 que têm entre seus objetivos e metas, apoiar as escolas que executam projetos de Educação Ambiental; promover o intercâmbio de experiências; fomentar a proposição de políticas públicas pelo professores através do Encontro de Educação Ambiental e, implantar o Projeto Sala Verde nas duas escolas, cujos alunos participaram da III Conferencia Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
5. A coordenadora de Educação Ambiental responsável pelo acompanhamento das escolas circunscritas na DRE 08, informou que 11 escolas realizaram a III Conferencia pelo Meio Ambiente na Escola, sendo que duas tiveram trabalhos foram selecionados para participarem da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. No que se refere à formação de professores, o plano contempla um curso de Artes visuais com objetivo incentivar a elaboração de projetos utilizando também essa ferramenta.
6. Apesar de todo o processo de formação proposto com a realização dos seminários para os formadores I, II e III, não se observou uma continuidade de atividades de Educação Ambiental na maior parte das escolas públicas da rede estadual, cujos alunos foram

selecionados para participarem das I e II Conferências Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Considerações finais:

Como a própria Política Nacional propõe, uma maior articulação entre A Secretaria Estadual de Educação, através do NEDIC com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com as demais instituições que fomentam a Educação Ambiental a exemplo das universidades, ONGs, se constituem em pontos positivos para o desenvolvimento de ações e projetos de educação ambiental na comunidade local e escolar.

Outra sugestão para incentivar a continuidade dos projetos construídos no processo das conferências e posteriormente, além dos critérios de seleção dos trabalhos e delegados estabelecidos pelas diretrizes nacionais para a etapa nacional, é adotar o registro de projetos e experiências, bem como formação e implementação das Com-vidas nas escolas.

Para uma efetividade da Educação Ambiental na rede estadual de ensino de Sergipe, além das ações já desenvolvidas, faz-se necessário intensificar a formação continuada dos professores da rede através de parcerias com as universidades locais, bem como associar a realização das Conferências pelo Meio Ambiente na Escola com outras ações estruturantes disponíveis através das políticas públicas já existentes.

¹ Para um aprofundamento maior, Boaventura faz a reconstituição histórica em seu livro “Um discurso sobre as Ciências”.

² Idem, Ibidem.

³ O conceito de Interdisciplinaridade abordado refere-se a uma prática pedagógica que busca inter-relacionar disciplinas de acordo com os objetivos definidos pelo curso. “(...) Significa, portanto, o estabelecimento de conexões entre diferentes saberes e diferentes áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade é coletiva” (VEIGA, 2004, p. 66).

⁴ Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, “Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes” (BRASIL, 1998, p.193).

⁵ O autor explica a visão antropocêntrica como àquela em que há um “descolamento” do indivíduo da sociedade.

⁶ O autor classifica como tecnicista a visão de que a informação é o melhor meio para a conscientização.

⁷ Segundo o autor, nessa visão, as questões ambientais serão solucionadas a partir da união entre os membros da sociedade.

⁸ O coletivo jovem é formado por jovens líderes estudantis envolvidos com atividades de Educação Ambiental

⁹ Comissão de Meio ambiente e Qualidade de Vida que tem como objetivo fomentar a Educação Ambiental nas escolas.

¹⁰ Projeto gerido com recursos do FNDE para estimular desenvolvimentos de projetos de Educação Ambiental nas escolas

Referências:

BRASIL Deliberações da Conferencia Nacional do Meio Ambiente e da Conferência Infante-Juvenil pelo meio Ambiente. Brasília, 2003.

Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Meio ambiente.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília, 2005.

BRASIL, 2006. Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. / Organização: Isabel Cristina Moura de Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Editora da UNESCO, 2006.

CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo. Cortez, 2006.

GEERTZ, Clifford. O senso comum como um sistema cultural. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica.** IN: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. UNESCO, 2007.

_____, **Educação Ambiental: No Consenso um Embate?** Campinas, SP: Papirus 2000. (Coleção Papirus Educação).

LOUREIRO, Carlos Frederico B & COSSIO, Mauro F Blanco. **Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”.** In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. UNESCO, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências.** Porto: 13ª Ed. Afrontamento, 1987. Coleção: Histórias e Idéias/ v.01.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica: Projeto Político Pedagógico; Educação Superior: Projeto Político Pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

<http://portal.mec.gov.br/secad/CNIJMA/aconferencia.html> - visualizado em 20/07/09

<http://www.semarh.se.gov.br/qualidadeambiental/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=1&lid=44> – visualizado em 20/07/09.